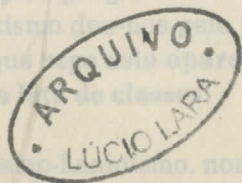


as classes, a luta de classes e o estado



COLECCÃO VITÓRIA CERTA—3

as classes, a luta de classes e o estado



COLECCÃO VITÓRIA CERTA—3

A vida social é muito variada e complexa. Na sociedade, ao longo de toda a sua história, sempre se chocaram as aspirações diferentes e frequentemente opostas de um grande número de pessoas; houve uma luta incessante entre os homens, surgiram e resolveram-se as mais variadas contradições. A luta no seio de cada sociedade juntavam-se os choques entre diferentes povos e comunidades. A história é uma sucessão constante de períodos de revolução e reacção, de rápido progresso e de retrocesso, de paz e de guerra. O Marxismo deu-nos pela primeira vez o fio que nos conduz à lei que rege este aparente labirinto e caos: trata-se da **teoria da luta de classes**.

Só esta teoria, o Marxismo-Leninismo, nos permite ver as molas ocultas que movem todos os acontecimentos e mudanças importantes que se produzem na sociedade de exploração. É a base científica de que a classe operária se serve para determinar a táctica da luta que trava com o fim de se emancipar da opressão a que está submetida.

ESSÊNCIA
DAS DIFERENÇAS DE CLASSE
E DAS RELAÇÕES
ENTRE AS CLASSES

Os choques e contradições que se produzem entre os homens de diferente condição social conduziram os pensadores avançados, anteriores a KARL MARX, à ideia de que existem diferentes classes sociais com interesses diferentes umas das outras. A sua noção de classes era, sem dúvida, muito confusa e indefinida. Dentre as muitas características que distinguem homens de diferentes classes, esses pensadores não conseguiram distinguir o que é principal e decisivo. Daí que os princípios de divisão das classes que esses pensadores propunham não tocassem a essência do problema e fossem frequentemente acidentais e arbitrários. Isto aplica-se também, se bem que em maior grau, à sociologia burguesa dos nossos tempos.

Os sociólogos burgueses admitem que a sociedade não é homogênea e que se compõe de numerosos extractos e

grupos. Ora bem, o que é que está no fundo desta estratificação? As respostas variam. Uns colocam em primeiro plano o factor espiritual, a comunidade psicológica, as ideias religiosas, etc. Mas esquecem que a consciência social depende do ser social. Outros vêm o princípio da divisão de classes no bem-estar material: volume dos rendimentos, condições de vida, etc. Mas esse volume de rendimentos depende do lugar que essa classe ocupa na produção social, se possui os meios de produção ou se é uma classe oprimida e explorada. Disto depende também o seu papel na vida política, o seu nível de cultura e o seu modo de vida.

O factor principal e decisivo da vida social é a produção material; isto é, a base da divisão da sociedade em classes tem de ser procurada no lugar que uns ou outros grupos ocupam no sistema de produção social, na posição em que se encontram relativamente aos meios de produção.

A definição mais completa das classes encontramos-na em "Uma grande iniciativa", de V.I. LENINE: "Chamamos classes aos grandes grupos de pessoas que se diferenciam pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua posição (na maioria dos casos legalmente referendada) em relação aos meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelo modo de obtenção e pelo volume da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens dos quais um pode apropriar-se do tra-

balho de outro graças aos diferentes lugares que ocupam num determinado sistema de economia social”.

A existência das classes é justamente a base da injustiça social que caracteriza a sociedade em que existe a exploração. Não é a “vontade do chefe” nem são as qualidades individuais dos homens — como sempre se preocuparam em demonstrar os ideólogos das classes exploradas —, mas sim o facto de pertencerem a uma ou outra classe o que explica a situação preponderante e privilegiada de uns e a opressão, miséria e ausência de direitos dos outros.

Isto não significa, evidentemente, que todas as outras diferenças e relações da sociedade, exceptuadas as de classe, careçam de valor. No decurso da evolução histórica da Humanidade esstruturaram-se bastantes formas estáveis de comunidade social que não coincidem com a divisão em classes. Assim se passa, por exemplo, com a comunidade nacional, a nação

CLASSE E NAÇÃO

Os vínculos nacionais são muito estáveis. Isto leva muitas vezes os sociólogos burgueses a apresentá-los como relações “naturais” de valor mais substancial que as relações de classe. Tal critério está, sem dúvida, profundamente errado.

Antes do mais, as relações nacionais, tal como as de classe, não existiram sempre. São produto de um longo

desenvolvimento histórico. As formas de comunidade dos homens estão estreitamente ligadas com o carácter do regime social e mudam ao mesmo tempo que este. No regime da comunidade primitiva, as formas fundamentais de convivência humana eram a **gens** e a **tribo**. O traço principal que distinguia os componentes de uma gens e os separava do resto era a origem comum, o parentesco da consanguinidade. Ao desintegrar-se a comunidade primitiva, a estabilidade da gens e da tribo desmorona-se e enfraquece o significado dos vínculos de sangue. A união de várias federações de tribos dá lugar à nacionalidade. Os homens a ela pertencentes não estão já relacionados por laços de parentesco. Os traços que lhes são afins (comunidade de língua, de território, de cultura) têm já uma origem social, histórica. Mas a unidade da nacionalidade é ainda muito precária. Nem no regime escravagista nem no feudal podia existir a unidade de vida económica que é a condição necessária para uma unidade territorial duradoura e para uma comunidade estável de cultura. Só na época em que se estrutura o capitalismo, quando este põe fim à dispersão feudal e dá origem à formação de um mercado nacional único, aparecem as condições necessárias para que surja a nação

A comunidade nacional não se pode também identificar com a raça, como fazem muitos sociólogos burgueses. A divisão por raças guia-se pelas diferenças de caracteres morfológicos hereditários, como a cor da pele, a forma do crânio, o cabelo, etc. Daí, as três grandes raças que a ciência distingue: indoeuropeia (ou branca), negrói-

de (ou negra) e mongolóide (ou amarela). As características raciais, diferentemente da comunidade nacional, são de índole biológica e aparecem como resultado de uma longa adaptação do organismo humano a determinadas condições naturais. A uma mesma raça pertencem várias nações. Por outro lado, dentro de uma mesma nação há por vezes homens com diferentes características raciais (por exemplo, os negros, brancos e índios de alguns países ibero-americanos). Também não existe uma ligação interna entre raça e língua. Assim, nos Estados Unidos o inglês é a língua de brancos e negros. Daí que noções como “raça alemã” ou “raça anglo-saxónica” sejam simplesmente um absurdo. As afirmações dos racistas de que umas raças ou nações são superiores a outras e de que os povos negros ou amarelos são menos capazes do que a raça branca, são refutados pela ciência e pelo que nos diz a história universal. Todos os povos da terra são capazes de criar valores culturais e o volume do seu contributo para a cultura mundial não é determinado pela cor da pele ou pela forma do crânio, mas sim pelas particularidades do seu desenvolvimento histórico.

O marxismo-leninismo entende por nação **a comunidade de homens, estáveis e historicamente formada, surgida sobre a comunidade de língua, de território, de vida económica e de mentalidade, que se manifesta na comunidade de cultura** (J. V. Estaline).

A comunidade nacional não pode suprimir as diferenças de classes no seio da nação. Antes pelo con-

trário, tais diferenças penetram em toda a sua vida e dividem-na em partes hostis. A comunidade nacional, portanto, não exclui o antagonismo de classe. Mais ainda, se não levarmos em conta este facto, ser-nos-á impossível compreender acertadamente o movimento nacional.

Por outro lado, a solidariedade de classe transborda os marcos da nação. Os capitalistas americanos, alemães e franceses falam línguas diferentes. Mas aproxima-os a sua filiação a uma mesma classe, e isto leva-os a unirem-se contra o socialismo, o movimento operário e a luta de libertação nacional das colónias. Do mesmo modo, os operários pertencem a nacionalidades e raças diferentes, mas são antes de tudo proletários, e isto determina a comunidade dos seus interesses internacionais, dos seus fins e da sua ideologia, fazendo com que as diferenças entre eles passem para segundo plano. Os operários conscientes compreendem que as discórdias nacionais e o isolamento lesionam os interesses da classe operária e lutam contra qualquer forma de discórdia nacional ou racial.

A DIVISÃO DA SOCIEDADE EM CLASSES É UM FENÓMENO HISTÓRICAMENTE TRANSITÓRIO

Quando os ideólogos das classes burguesas no poder, justificam a desigualdade social, apresentam-na sempre como um fenómeno eterno e inerente a qualquer sociedade humana. Isto não está certo. O regime da comunidade primitiva não conhecia a divisão da sociedade em exploradores e explorados e o fenómeno desaparece definitivamente na sociedade comunista.

A aparição das classes está directamente ligada à propriedade privada dos meios de produção, que torna possível a exploração do homem pelo homem e a apropriação por uns do trabalho de outros.

Em determinada etapa do desenvolvimento, a divisão da sociedade em classes era inevitável e historicamente necessária. Enquanto o trabalho humano era tão pouco produtivo que apenas proporcionava um reduzidíssimo excedente sobre os recursos necessários para a existência, assinala Engels, o incremento das forças produtivas, a ampliação das relações, o progresso do Estado e do direito e a criação das ciências e das artes só eram possíveis mediante a intensa divisão do trabalho, que tinha por base a grande divisão deste entre a massa, dedicada a simples ocupações manuais e uns poucos privilegiados que dirigiam os trabalhos e se dedicavam ao comércio e à administração dos assuntos públicos e que, mais tarde, cultivaram também a ciência e a arte. (1) A

(1) "Anti-During" — F. ENGELS

classe que se encontrava à cabeça da sociedade, compreende-se, não perdia a ocasião de sobrecarregar as massas com um trabalho cada vez maior, movida pelo desejo de aumentar os seus lucros.

Ora bem, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas coloca na ordem do dia a substituição da propriedade privada pela propriedade social e a abolição das relações baseadas na exploração, a existência das classes perde todo o seu terreno. A manutenção das classes, além de ser supérflua, converte-se num obstáculo que impede os posteriores avanços da sociedade.

Na sociedade socialista já não há classes exploradoras, as relações entre operários e camponeses adquirem um carácter substancialmente novo, que exclui a exploração e o domínio de uma classe sobre outra. Inicia-se a época da desapareição das diferenças que ainda subsistem entre as classes. Finalmente, ao passar para o comunismo, as classes deixam de existir.

Portanto, a divisão da sociedade em classes e a luta entre elas são apenas um traço característico da época em que impera a propriedade privada, isto é, nas sociedades escravagista, feudalista e capitalista.

ESTRUTURA DE CLASSE DA SOCIEDADE

Pela posição que ocupam na sociedade, as classes dividem-se em fundamentais e não fundamentais. Chamam-se classes **fundamentais** aquelas sem as quais se torna impossível o modo de produção preponderante e que devem a sua origem a esse modo de produção. Na sociedade da escravatura eram os escravagistas e os escravos; na feudal os senhores e os servos; na burguesa, os capitalistas e os operários. Trata-se, pois, de classes das quais uma possui os principais meios de produção e se encontra no poder enquanto que a outra agrupa a grande massa dos oprimidos e explorados. As relações entre essas classes são sempre antagónicas, baseiam-se no choque de interesses. O capitalista, por exemplo, tem interesse em obrigar o operário a trabalhar o máximo que ele pode e em pagar-lhe o menos que puder. O interesse do operário, evidentemente é diametralmente oposto. A incompatibilidade de interesses das classes antagónicas dá origem a uma luta irreduzível entre elas. "Livres e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, mestres e aprendizes, numa palavra, opressores e oprimidos encontram-se em perpétuo antagonismo, mantêm uma luta constante, aqui latente, ali aberta, que terminou e terminará sempre com a transformação revolucionária da sociedade, ou com a desapareição conjunta das sociedades em luta"(2).

Além destas classes, há na sociedade de exploração outras que **não são fundamentais**. Por exemplo, na sociedade escravagista existiam os camponeses, artesãos li-

vres; na capitalista, para além da burguesia e dos operários, temos os camponeses e, em muitos países, os grandes proprietários de terras, etc. A existência destas classes não fundamentais com os seus interesses próprios, juntamente com toda uma série de camadas sociais (por exemplo, os intelectuais), converte num fenómeno muito complexo as relações entre as classes.

AS CLASSES DA SOCIEDADE BURGUESA

As classes fundamentais da sociedade burguesa são constituídas pelos **capitalistas** (burguesia) e pelos **operários assalariados** (proletariado).

A burguesia é a classe daqueles que possuem os meios fundamentais de produção e que vivem à custa do trabalho assalariado dos operários, que exploram. É a classe dominante da sociedade capitalista.

Houve um tempo em que a burguesia cumpriu um papel progressista no desenvolvimento da sociedade, à cabeça da luta contra as caducas relações feudais. Com mira no lucro e espicaçada pela concorrência, infundiu um poderoso impulso às forças produtivas. Mas à medida que as contradições do capitalismo se agravavam, a burguesia deixa de ser uma classe progressista e converte-se em reacionária, uma vez que a sua dominação constitui o principal obstáculo que se levanta ao avanço da sociedade.

A criadora das formidáveis riquezas que a burguesia possui é a classe operária, principal força produtiva da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, é uma classe desprovida de meios de produção e que se vê obrigada a vender ao capitalista a sua força de trabalho.

A medida que o capitalismo avança, aumenta a riqueza dos grandes capitalistas, enquanto cresce a

opressão e o protesto da classe operária “que é instruída, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo de produção capitalista” (Marx)(3).

O desenvolvimento do capitalismo traz, pois, consigo o fortalecimento do seu sepultador, a classe operária, que é portadora de um modo de produção mais elevado, como é o socialista.

Mas, em nenhum país do mundo, a sociedade se limita a estas duas classes. Em nenhum lugar existiu nem existe o capitalismo “puro”. O capital penetra em todos os ramos da economia nacional e transforma-os, mas sem destruir por completo as velhas formações económicas.

Por isso, em muitos países burgueses conserva-se a grande propriedade agrária dos grandes **proprietários de terra** (latifundiários). Estes organizam a exploração das suas propriedades de modo capitalista, se se propociona adquirem empresas industriais, compram acções de sociedades anónimas e convertem-se em capitalistas. Da classe dos **grandes proprietários de terras** sai grande parte da Administração Pública e da oficialidade do Exército e da Marinha. Pelos seus interesses, ideias e aspirações políticas grandes latifundiários pertencem à camada mais reaccionária da burguesia ae são um dos baluartes do fascismo.

Os **camponeses** constituem uma classe que procede da sociedade feudal e passou à capitalista. Com excepção

da sua camada mais acomodada (burguesia rural), é uma classe submetida à exploração a qual apresenta diferentes formas: arrendamento que pagam ao grande proprietário da terra, empréstimos que contrem em condições lucrativas para os capitalistas, exploração directa dos camponeses pobres, obrigados a ganhar um salário nos campos dos proprietários da terra e camponeses ricos, etc. O conjunto dos camponeses tem também de pagar um preço aos grandes capitalistas, normalmente sob a forma de altos preços pelos artigos industriais que adquirem.

Os camponeses que trabalham terra própria, os artesãos e os pequenos comerciantes formam a camada, bastante numerosa, da **pequena burguesia**. A ela pertencem aqueles que são proprietários de reduzidos meios de produção que empregam, mas que, diferentemente da burguesia, não vivem da exploração do trabalho alheio. Os pequenos burgueses ocupam na sociedade capitalista uma situação intermédia. Como proprietários privados têm afinidades com a burguesia, mas como homens que vivem do seu trabalho aproximam-se dos operários. Esta situação intermédia da pequena burguesia está na origem da sua posição vacilante e instável na luta de classes.

A medida que avançam a industria, a técnica e a cultura, aparece na sociedade capitalista a ampla camada dos **intelectuais**, quer dizer, dos homens do trabalho intelectual (engenheiros e técnicos, professores, médicos, funcionários, cientistas, escritores, etc.). Os intelectuais não formam uma classe independente; são uma camada

social específica que vive da venda do seu trabalho intelectual. Têm origem em diversas camadas da população, principalmente das classes privilegiadas e só em parte dos trabalhadores. Pela sua posição económica e modo de vida apresentam também diferenças. Os seus estratos superiores — altos funcionários, advogados com boa clientela e outros — aproximam-se dos capitalistas, enquanto que os baixos se aproximam dos trabalhadores. A medida que a luta de classes se agudiza nos países capitalistas, a sua parte avançada alinha com as posições do marxismo-leninismo e participa na luta revolucionária da classe operária.

Na sociedade burguesa existe ainda outra camada, a dos elementos sem classe ou lumpenproletariado, que formam o “sub-mundo” do capitalismo: bandidos, ladrões, mendigos, prostitutas, etc. Esta camada é constantemente engrossada por elementos saídos de diversas classes, aos quais as condições da sociedade capitalista arrasta para o “fundo”. Os anarquistas afirmam que o lumpenproletariado é o elemento mais revolucionário da sociedade capitalista. A história dos últimos cem anos deu totalmente razão a Marx e Engels quando estes o definiam de “proletariado andrajoso” e como uma força que, pela sua situação na vida se mostra inclinada a vender-se para todo o género de manejos reaccionários. (4) Na Alemanha hitleriana, os delinquentes ingressaram em massa nas organizações fascistas, nos destacamentos de assalto e nas S.S.. Nos Estados Unidos os bandos de gangsters são um instrumento de violência que se emprega em grande

escala contra os operários brancos e negros e os dirigentes progressistas.

Mao-Tsé-Tung, grande educador do proletariado internacional disse a respeito do lumpenproletariado:

“Existe ainda um grupo bastante importante de elementos desclassificados, o lumpenproletariado, composto de camponeses que perderam as suas terras e operários artesãos que não puderam encontrar trabalho. Eles pertencem ao grupo de elementos mais instáveis da sociedade. (...) A atitude em relação a esse grupo de pessoas representa um dos problemas mais difíceis que se apresentam à China. Esses indivíduos são capazes de lutar com a maior coragem, mas são propensos a acções destrutivas; conduzidos de uma maneira justa, eles podem tornar-se uma força revolucionária”.(5)

Ao falar das classes e camadas da sociedade capitalista temos de ter presente também as diferenças no seio das mesmas. Essas diferenças são particularmente sensíveis entre a burguesia monopolista e não monopolista (e nas colónias, entre a burguesia nacional e as camadas da mesma aliadas aos colonialistas ou aos imperialistas). Ao agudizarem-se, como ocorre nos nossos dias, desempenham um papel importante na vida política das sociedades burguesas contemporâneas.

Assim, a sociedade burguesa oferece um quadro extraordinariamente complexo de diferenças e relações de classe. Uma clara visão das mesmas é condição im-

prescindível para que a classe operária e os seus partidos tracem uma política e uma tática acertadas. Mas tão importante como isso é ver, por trás de toda essa diversidade, a **principal contradição de classe** da sociedade burguesa: o antagonismo entre a classe operária e a burguesia. Esta contradição há-de presidir à nossa análise de todos os fenómenos sociais. Por muitas que sejam as modificações que o capitalismo sofra, por muito que se compliquem a sua estrutura de classe e as relações entre as classes, será sempre uma sociedade baseada na exploração. E numa sociedade assim, o principal nas relações entre as classes será a luta irreconciliável entre os explorados e os exploradores.

2.

**O ESTADO
COMO INSTRUMENTO
DA DOMINAÇÃO DE CLASSE**

ORIGEM E ESSENCIA DO ESTADO

A teoria marxista-leninista das classes e da luta de classes proporciona a chave para a compreensão do Estado, que é um dos fenómenos mais complexos na vida da sociedade humana, a substituição de uns Estados por outros e a sua inevitável desapareção.

ORIGEM E ESSÊNCIA DO ESTADO

A história demonstra que a existência do Estado está ligada à existência de classes. Nas primeiras fases de desenvolvimento da humanidade, sob o regime da comunidade primitiva, não havia classes nem tão-pouco se conhecia o Estado. A direcção dos assuntos públicos estava a cargo da própria sociedade.

Logo aparece a propriedade privada e com ela a desigualdade económica; a sociedade divide-se em classes antagónicas e a direcção dos assuntos públicos sofre uma mudança radical. Era já impossível decidir esses assuntos com o acordo unânime de toda sociedade ou da sua maioria. As classes opressoras e exploradoras apoderam-se dos postos de comando. Mas sendo como eram uma reduzida minoria, essas classes só podiam manter o sistema que as favorecia recorrendo à coerção directa, à força, que vinha em ajuda do seu poderio económico. Para tanto, fazia falta um aparato especial: grupos armados (exército, polícia), tribunais, prisões, etc. A cabeça deste aparato de coerção colocam-se pessoas que interpretam os interesses da minoria exploradora, e não da sociedade no seu conjunto. Assim se forma o Estado, que é uma máquina para manter a dominação de uma classe sobre as outras. Pondo em jogo essa máquina, a classe economicamente dominante consolida o regime social que lhe convém manter pela força, dentro de um determinado modo de produção, os seus inimigos de classe. Daí que na sociedade baseada na exploração o Estado seja sempre,

em essência, a ditadura da classes ou classes dos exploradores.

Em relação a toda a sociedade no seu conjunto, o Estado é um instrumento de direcção e governo da classe dominante; em relação aos inimigos desta classe (na sociedade de exploração trata-se da maioria), é um instrumento de repressão e de violência.

O Estado é, pois, um produto das irreductíveis contradições de classe. "Aparece onde, quando e na medida em que as contradições de classe **não podem** ser, objectivamente conciliadas"(6). O poder político da classe economicamente dominante: tal é a essência do Estado, a natureza das suas relações com a sociedade, embora também apresente outras características.

Só podemos falar de Estado quando o poder político de uma ou outra classe se estende a um determinado **território** e afecta a **população** que nele vive: cidadãos ou súbditos.

A extensão do território e a quantidade e composição da população podem influir, certamente, no poderio do Estado e, em alguns casos, na forma que o mesmo adopta. Mas não é isto que determina a sua essência, mas sim a sua natureza de classe.

TIPOS E FORMAS DO ESTADO

Os Estados, tanto os que existiram noutros tempos como os actuais, oferecem pelos seus tipos e formas um quadro que não pode ser mais diverso: temos os impérios despóticos da Assíria, Babilónia e Egipto, as repúblicas gregas, o Império Romano, as monarquias medievais, as repúblicas burguesas parlamentares dos nossos tempos e, por fim, a república socialista.

O tipo de Estado é definido pela classe que serve, quer dizer, em última análise, pela base económica da sociedade. Daí que o tipo de Estado corresponda a uma formação económico-social. A história conhece três grandes tipos de Estado baseado na exploração: **esclavagista**, **feudal** e **burguês**. Todos eles têm de comum característico a dominação dos exploradores, quer dizer, de uma pequena parte da sociedade sobre os explorados, que são a imensa maioria. Um Estado novo e completamente diferente é o **socialista**, no qual o poder pertence à classe operária e a todos os trabalhadores, que integram a maioria ou a totalidade do corpo social.

O tipo de Estado exprime, pois, a sua essência de classe. A forma, por seu lado, fala-nos da organização dos órgãos de poder e governo, do seu regime político. Atendendo a este critério temos a **monarquia**, à frente da qual está uma pessoa que não é escolhida pela população (rei, imperador), e a **república**, onde o poder é electivo. Há também Estados em que se combinam traços de ambas as

formas, por exemplo, a monarquia constitucional, na qual o poder do rei ou do imperador está limitado pela lei - Constituição — e as funções de governo estão a cargo de órgãos electivos.

A forma do Estado é inseparável do regime político estabelecido pela classe dominante. Este regime pode ser diferente em Estados do mesmo tipo. Assim, o Estado burguês não adopta apenas a forma de república democrática, mas também a do regime terrorista do fascismo. A aparição de umas ou outras formas de Estado, o seu desenvolvimento e prosperidade, assim como a sua decadência e a sua substituição por outras formas distintas, não obedecem ao acaso.

A variedade de formas nos Estados de um mesmo tipo depende, antes de mais, das modificações sofridas pelo regime económico e pela relação das forças de classe e dos diferentes grupos no seio das classes dominantes.

Ao período da dispersão feudal, em que cada latifundiário representava na realidade uma economia independente e os laços entre elas eram muito débeis, corresponde um Estado descentralizado, com um poder-central fraco e uma grande independência política dos senhores. No período de desintegração do feudalismo, quando aumentam as relações mercantis monetárias, os laços económicos entre as diferentes comarcas e entre os Estado, em que se consolida o papel económico da burguesia, surge o Estado centralizado, com a forma da monarquia absoluta.

Mas há também outros factores que influem na forma do Estado: as tradições nacionais, a continuidade na

evolução das instituições políticas, a consciência política do povo, as relações com outros países (por exemplo, o perigo de uma agressão), etc.

A ciência marxista-leninista atribui grande importância à forma do Estado. Assim, sob a dominação da burguesia, uma forma mais democrática implica condições mais propícias para o progresso social, para o avanço da cultura e da ciência e para a luta das massas trabalhadoras contra o jugo e a exploração.

Mas nenhuma forma, nem a mais democrática, está em condições de alterar a essência do Estado de exploração como instrumento de dominação de uma classe sobre outras. O Estado escravagista teve no Egito a forma oriental de monarquia despótica governada pelos fraós; em Atenas, a forma de democracia; em Roma, a de república aristocrática e mais tarde de império, etc. Apesar de tão grande variedade de formas, a essência de todos estes Estados era a dominação da classe dos escravagistas sobre os escravos.



O ESTADO BURGUEÊS

Também o Estado burgueês pode apresentar diferentes formas: república democrática, monarquia constitucional, ditadura descarada de tipo fascista. Mas qualquer que seja a sua forma, é sempre um instrumento da burguesia, quer dizer, uma arma que a burguesia emprega para manter oprimidas e exploradas as massas trabalhadoras.

O Estado democrático-burgueês era um grande passo em frente em comparação com os tipos anteriores. A revolução burguesa pôs fim ao regime da monarquia absoluta, que se tinha tornado odiosa para o povo. Estabeleceu o sistema representativo, o tribunal de jurados e outras instituições democráticas e, sob pressão das massas revolucionárias, as suas Constituições proclamaram muitos princípios da democracia.

Evidentemente, do mesmo modo que o regime económico do capitalismo não tinha suprimido a exploração das massas trabalhadoras, limitando-se a mudar a sua forma, a democracia burguesa não alterou a natureza anti-popular do poder político dos exploradores. As instituições democráticas da burguesia são democráticas no papel mas não asseguram aos trabalhadores a possibilidade real de exercerem os direitos que proclamam. E não podia ser de outro modo, pois o regime económico do capitalismo é incompatível com a igualdade real e a liberdade de facto. Inclusivamente o Estado burgueês mais democrático tem por missão a defesa e justificação do

sistema capitalista e da propriedade privada, com as consequentes medidas repressivas contra os trabalhadores, que querem pôr fim a este estado de coisas.

Assim podemos ver isto muito especialmente na nossa época, em que a burguesia imperialista renuncia às instituições e formas democráticas conquistadas pelo povo e mantem a sua ofensiva contra os direitos e liberdades individuais. A melhor confirmação de que assim se passa é o Estado fascista— a ditadura da parte mais reaccionária e agressiva da burguesia monopolista -, que existiu na Itália (1922-1943) e na Alemanha (1933-1945), em Portugal (1928-1974) e que ainda perdura em Espanha e outros países.

Esta tendência da burguesia para abandonar a democracia esbarra contra a resistência das forças democráticas e socialistas, cada vez mais poderosas e organizadas, à frente das quais se encontra a classe operária com os seus partidos marxistas-leninistas.

Tais são algumas das teses fundamentais do materialismo histórico no que se refere ao Estado. A doutrina marxista-leninista sobre o Estado não se reduz, claro, ao que acaámos de expôr. São muitos os elementos novos e peculiares que a esta doutrina traz a experiênciã da época moderna, sobretudo a experiênciã dos trabalhadores que criaram um Estado de tipo novo, socialista.

3.

A LUTA DE CLASSES
COMO FORÇA MOTRIZ
DO DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE
BASEADA NA EXPLORAÇÃO

Os ideólogos reaccionários, atemorizados pela luta dos trabalhadores, tratam de apresentar a luta de classes como algo que se opõe ao progresso, como um perigoso desvio da marcha normal da sociedade no seu desenvolvimento. Não existe nada tão longe da verdade como esta afirmação. O certo é que a luta de classes não é nenhum obstáculo para o progresso; pelo contrário, representa a força motriz que faz avançar a sociedade.

LEGITIMIDADE DA LUTA DE CLASSES

A luta de classes preside a toda a história da sociedade baseada na exploração. O seu significado criador e progressista ganha relevo inclusivamente nas condições de desenvolvimento pacífico” e evolutivo de qualquer formação.

A burguesia gosta de se atribuir o mérito do enorme progresso técnico alcançado na época do capitalismo. Mas o avanço da técnica, em si, interessa muito pouco ao capitalista. Se não esbarrasse contra a resistência dos operários, preferiria aumentar os seus lucros com procedimentos tão “simples” e “económicos” como a redução do salário e o prolongamento das horas de trabalho. Se o capitalista procura outros meios para aumentar os seus lucros - novas máquinas, aplicação de outras técnicas ou inventos— não o faz apenas empurrado pela concorrência, mas também, e em grande parte, pela luta tenaz que a classe operária trava em defesa dos seus interesses.

A luta das classes oprimidas representa um formidável papel de progresso na vida política. Sabemos, por exemplo, que na época das revoluções burguesas a burguesia francesa não tencionava implantar a república e propunha a monarquia como forma de governo mais apropriada para manter os trabalhadores sob a sua autoridade. Pouco a pouco, claro está, sob a influência da crescente luta do proletariado e de todos os trabalhadores, como escreve Lenine, “viu-se toda ela

transformada em republicana, reeducada, instruída de novo e regenerada" (7), vendo-se obrigada a criar um regime político mais de acordo com as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores.

Se não existisse a perseverante luta das classes trabalhadoras, a vida política dos países capitalistas contemporâneos seria muito diferente. Na época do imperialismo, a burguesia trata, por todos os meios, de limitar e suprimir as liberdades democráticas, de encurtar as faculdades dos órgãos representativos e em particular do Parlamento e de sufocar quanto de democrático há na cultura dos países capitalistas. Só a dura e corajosa luta das massas trabalhadoras, dirigidas pelo proletariado, põe um travão a estas tendências anti-populares. Nas condições em que hoje nos encontramos, essa luta pode produzir frutos magníficos; defender a paz, a democracia e a soberania nacional e barrar o caminho às forças do fascismo, da reacção e das guerras entre povos que a burguesia utiliza como carne para canhão.

Quanto mais tenaz é a luta das classes oprimidas contra os exploradores, tanto maiores são os êxitos que alcançam na sua resistência à opressão, maior é o progresso em todas as esferas da vida social.

A REVOLUÇÃO SOCIAL

O papel da luta de classes como força motriz da sociedade de exploração fica à vista com a singular evidência na época em que uma formação económico-social substitui outra, quer dizer, na época das revoluções sociais.

O conflito entre as forças produtivas e as relações de produção, que é a base económica da revolução social, amadurece lentamente, pouco a pouco, enquanto o velho modo de produção evolui. Mas para solucionar este conflito é necessário derrubar as relações de produção existentes e isso jamais se conseguirá mediante modificações graduais. Porque a estas relações, mesmo depois de deixarem de responder ao nível das forças produtivas, estão intimamente ligados os interesses das classes dirigentes. Estas só podem manter a sua vida parasitária e a sua situação privilegiada, enquanto não for atacada a forma de propriedade que impera na dita sociedade. Nenhuma classe exploradora renunciou nem renunciará voluntariamente à suas propriedades, a tudo o que lhes proporciona uma situação privilegiada.

E a classe dominante, embora caduca, não é simplesmente um grupo de homens cujos interesses divergem dos da sociedade no seu conjunto, mas sim uma força organizada que durante muito tempo deteve o poder. A classe governante dispõe do Estado, de um forte aparelho de violência e os seus interesses estão defendidos pela superestrutura política e ideológica. A situação dominante

das velhas relações de produção vê-se legitimada por todo o aparelho económico, político e espiritual da classe que está no poder. Daí que estas relações não possam ser substituídas por via evolutiva, mas sim mediante uma revolução que varra tudo o que se opõe ao avanço das novas relações económicas e antes do mais a dominação política das classes caducas, reaccionárias. Esta **revolução social** exige a luta mais enérgica das classes oprimidas. O problema central da revolução é o do poder político, que tem de passar para as mãos da classe portadora das novas relações de produção. O novo poder político é a força que leva a cabo as transformações já maduras na vida económica e social da sociedade.

Nem toda a alteração política, mesmo que implantada pela violência, é uma revolução. Quando o que se quer é o restabelecimento de relações sociais e de sistemas caducos, é pelo contrário, uma contra-revolução, que não traz o progresso, mas sim a estagnação, o retrocesso da sociedade, multiplicando esterilmente os sacrifícios e calamidade de milhões de seres humanos.

A passagem de uma formação a outra mais elevada é condicionada, em última análise, pelo desenvolvimento das forças produtivas; isto não quer dizer, evidentemente, que a revolução social, quaisquer que sejam as condições históricas, tenha de começar nos países em que a técnica e a produtividade do trabalho se encontram a um nível mais elevado. Na fase superior do capitalismo, a imperialista, quando o sistema capitalista está já maduro no seu

conjunto para a passagem ao socialismo, a revolução pode-se produzir antes em países menos desenvolvidos, sempre e quando as contradições sociais e políticas tiverem alcançado agudização suficiente. Esta conclusão de Lenine tem vindo a ser confirmada, como sabemos, pela própria história.

CARÁCTER E FORÇAS MOTRIZES DAS REVOLUÇÕES SOCIAIS

A história conhece revoluções sociais de índole diversa, que se distinguem pelo seu carácter e pelas forças motrizes que as põem em marcha.

Quando falamos do carácter da revolução, referimo-nos ao seu conteúdo objectivo, quer dizer, à essência das contradições sociais que resolve e ao regime que instala. Assim, a revolução francesa de 1789 era de carácter burguês, pois tratava-se de suprimir as relações feudais e de implantar um regime capitalista. A Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, tinha como objectivo a supressão das relações capitalistas e o estabelecimento do regime socialista. Pelo seu carácter era, pois, socialista.

As forças motrizes da revolução são as classes que a levam a cabo. Não dependem apenas do carácter da revolução, mas também das condições históricas concretas em que esta se produz. Daí que revoluções de um mesmo tipo, de idêntico carácter, sejam frequentemente diferentes pelas suas forças motrizes. Assim, a força motriz das revoluções burguesas europeias dos séculos xvii e xviii era constituída, além da burguesia, pelos camponeses e pelos elementos pobres da cidade, pelas camadas pequeno-burguesas. O chefe destas revoluções era a burguesia. E na Rússia, na revolução de 1905-1907 e na democrático-burguesa de 1917, a burguesia—convertida

em força reaccionária pelo seu medo da luta revolucionária do proletariado—não só perde a hegemonia como deixa de actuar como força motriz; a revolução democrático-burguesa russa foi obra da classe operária e dos camponeses.

O PAPEL CRIADOR DA REVOLUÇÃO SOCIAL

As classes dominantes, movidas pelo seu medo à revolução esforçam-se por apresentá-la como um monstro sedento de sangue, como uma força cega de destruição capaz só de semear a morte, a devastação e calamidades sem conta.

Se tivermos de falar de vítimas, de sangue, de sofrimentos humanos, a história das sociedades baseadas na exploração e opressão das massas trabalhadoras não pode ser mais sinistra. Isto acontece até nos períodos de progresso por via evolutiva. Com letras de sangue está escrito, por exemplo, na história de muitos países, o processo de centralização do Estado pelo qual foram absorvidos os pequenos principados feudais. E o mesmo pode dizer-se do capitalismo, que no seu desenvolvimento causou um número incomparavelmente maior de vítimas e sofrimentos que qualquer outra revolução social.

Limitar-nos-emos a recordar as guerras mundiais, os horrores do terror fascista, as ferocidades de potências imperialistas nas colónias. A propósito de vítimas e calamidades, a revolução, socialista contribui para reduzi-las quando o desenvolvimento a põe na ordem do dia. A demora da revolução, quando esta já está madura, pelo contrário, contribui em muito mais com um tributo de sangue com que os homens se veêm obrigados a satisfazer a sociedade de classes antagónicas.

Isto não significa que a revolução socialista não faça vítimas. Temos de ter presente que é a culminação, o ponto mais alto a que pode chegar a luta de classes. A revolução é inconcebível sem uma luta que vença a resistência das classes caducas, as quais não cederão senão pelo emprego da violência revolucionária. Mas a revolução social não é só a insurreição e os duros combates das barricadas. Estas formas de luta são o que caracteriza somente algumas das suas etapas (revolução política, esmagamento da contra-revolução, etc.). Mesmo, nos casos em que, em virtude das condições históricas concretas, a luta armada significou um elemento importante da revolução social, ela não era um fim em si mesma. O principal nas revoluções sociais é a criação de condições que propiciem o rápido avanço da sociedade pelas vias do progresso.

Mas a revolução não se limita a varrer tudo o que é caduco e podre, tudo quanto se opõe ao seu avanço. Em substituição dos sistemas e relações sociais que destrói, cria outros novos e avançados. Isto é muito particularmente característico quando se trata da revolução socialista.

Por outro lado, a subversão que a revolução social leva a cabo não significa a negação completa de toda a velha sociedade e do que ela conseguiu. Se assim fosse, o avanço da sociedade seria impossível; depois de cada revolução social teríamos de caminhar em terreno completamente virgem, e a sociedade jamais teria saído do ní-

vel mais primitivo. A revolução social não nega tudo quanto existia na sociedade velha, mas unicamente o caduco e podre, o que se opõe ao progresso. Tudo o mais é conservado e recebe um novo impulso. Assim se passa inteiramente com as forças produtivas, por exemplo.

As revoluções são os períodos em que a luta de classes alcança a sua máxima virulência. Em especial quando se revelam a consciência, a vontade e as aspirações das massas populares. Jamais, escreveu Lenine, a massa do povo é capaz de se mostrar tão activa e criadora de novos regimes sociais como durante a revolução. Nesses momentos, aceleram-se formidavelmente o desenvolvimento social, é quando a sociedade avança com maior velocidade e decisão pela via do progresso. Por isso é que Marx chamava às revoluções "motores da história".

Assim, a luta de classes é a principal força motriz do progresso histórico, tanto nos períodos evolutivos da sociedade de classes antagónicas como nos períodos revolucionários.

Daqui se depreende que aqueles que ocultam as contradições de classe, aqueles que procuram travar a luta das classes trabalhadoras, aqueles que enfraquecem essa luta e preconizam a paz entre as classes, são inimigos do processo e defensores da estagnação e da reacção, por muita que seja a eloquência e esperteza que empregam. Essa posição é inaceitável para os operários e para todos quantos amam o processo, que sentem o dever de

desenvolver a luta das classes oprimidas contra as exploradoras. Esta luta contribui para o processo da humanidade, mesmo se considerarmos as tarefas imediatas da sociedade no seu conjunto e responde aos interesses da maioria.

desenvolver a luta das classes oprimidas contra as ex-
plorescenas. Esta luta continua para o progresso da
humanidade, mesmo se considerarmos as tarefas im-
ediatas da sociedade no seu conjunto e responde aos in-
teresses da maioria.

impresso na



C. P. 1839 — Luanda

354

AB-01 - c4



Edição do Departamento de Informação e Propaganda — DIP

0354
AB01